



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
 INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
 CÂMARA TÉCNICA DE BIODIVERSIDADE**

Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 451 – Ed. Petro Tower – Sala 1601, - Bairro Enseada do Suá - Vitória - CEP 29050-335

Telefone: 2732224775

RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS SOBRE OS RECURSOS PESQUEIROS NO RIO DOCE E REGIÃO COSTEIRA MARINHA AFETADAS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO, DA SAMARCO, EM MARIANA-MG

Com base nos estudos apresentados no Seminário/Relatório Anual 2023 do PMBA, utilizando dados compilados ao longo dos últimos 8 anos de monitoramento da biodiversidade aquática, e após ampla discussão, pesquisadores, especialistas e representantes do poder público nas esferas estaduais, municipais e federal presentes no evento, e face ao impacto relatado na biota e nos recursos pesqueiros, gerando os efeitos socioeconômicos decorrentes, recomenda-se:

1- A implementação de uma Área de Suspensão Temporária da Pesca, na porção da bacia impactada e área de influência, assim como nos ambientes costeiros e marinhos, durante um período de, ao menos, 24 meses, justificado pelas altas e variáveis concentrações de contaminantes encontradas no pescado, tanto na porção mineira quanto capixaba, assim como o estado de conservação das espécies nativas e importantes alterações ambientais provocadas.

Para fins de melhor entendimento e considerando as enormes diferenças entre os ambientes dulcícolas e costeiros/marinhos, seja pelos recursos ou dimensão das atividades pesqueiras, trataremos com diferenças as duas regiões.

2- Na região costeira marinha, o trecho proposto é coincidente com a “Área 2” apontada no estudo de impacto do PMBA, conforme a “Priorização de áreas” (Figura 1) apresentada no documento Síntese Integrativa. Esta área compreende a faixa desde a divisa norte do estado do Espírito Santo até a região do município de Serra (abrangendo aproximadamente 200 km de costa), seguindo a isóbata de 30 metros, incluindo também os estuários desta região.



Priorização de áreas

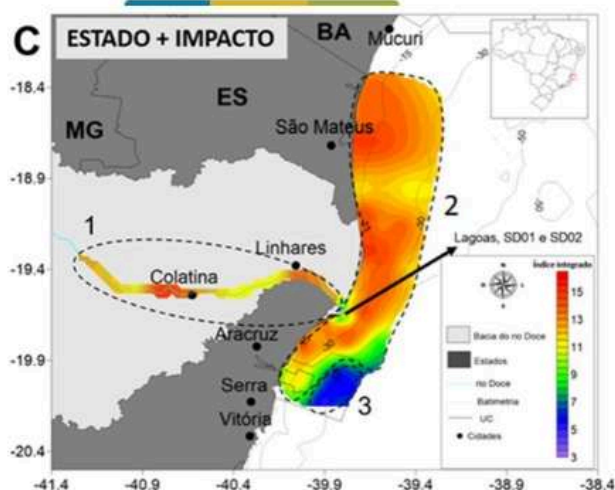


Figura C - Estado + Impacto



Figura 1: Mapa de priorização de áreas de impacto do material ligado ao desastre (MLD). Fonte: FEST/PMBA.

3- Na região dulcícola, recomenda-se a suspensão temporária da pesca, em toda a calha dos rios Doce, Gualaxo e Carmo, e nos trechos de 20 Km dos afluentes indicados, a montante de sua foz, além dos lagos Juparanã e Nova, laguna Monsarás e lagoas Areal e Areão (Figura 2), justificado pela dinâmica de deslocamento das espécies entre essas áreas, seja pela contaminação, seja pela participação na recolonização das calhas principais.

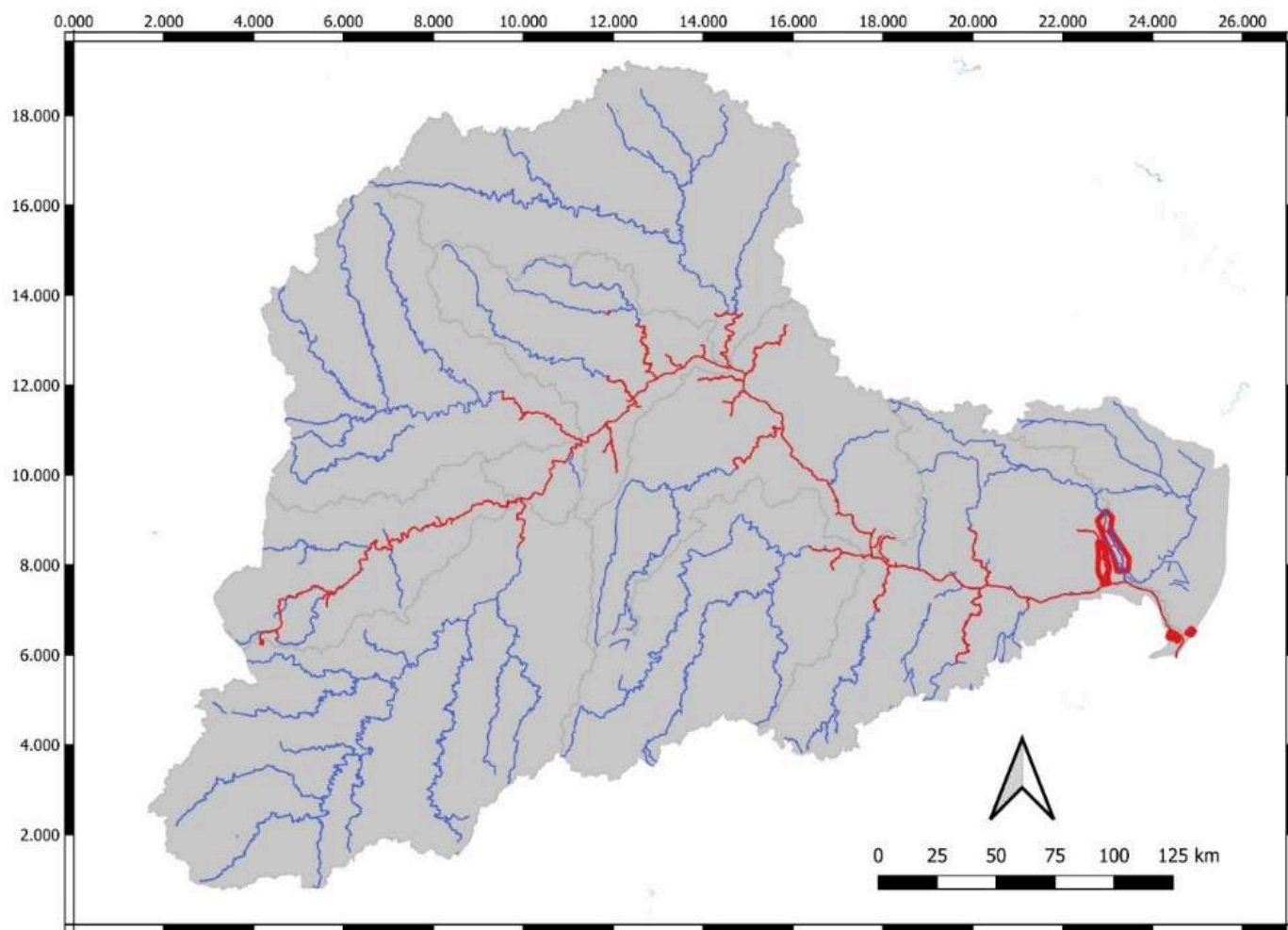


Figura 2: Mapa da bacia do rio Doce com marcação na cor vermelha representando a área proposta de suspensão temporária da pesca.

Adicionalmente, os especialistas também fazem as seguintes recomendações:

1. Entendemos que este período será importante para a avaliação dos processos de bioacumulação e biomagnificação de contaminantes no pescado, além da recuperação dos estoques pesqueiros, e que medidas de gestão e ordenamento poderão ser atualizadas nesse período, diferenciando frotas, artes de pesca e recursos pesqueiros, incluindo a manutenção ou não das proibições e a suspensões sazonais, em especial no período chuvoso, caso as concentrações de metais e metalóides no pescado mantenham-se acima dos níveis de tolerância permitidos pelas normas vigentes;
2. A manutenção dos programas de monitoramento pesqueiro na região, incluindo estudos de ictioplâncton no trecho capixaba e a expansão desse monitoramento ao território mineiro da bacia;
3. A elaboração e a implementação de um plano de prevenção, controle e erradicação de espécies exóticas invasoras, sobretudo no trecho da calha do rio Doce compreendido entre o Parque Estadual do Rio Doce (PERD) e sua foz, com foco também nos ambientes lênticos (UHE de Baguari, Aimorés e Mascarenhas, lagos e lagoas). Estes ambientes atuam como filtro ambiental para o livre deslocamento e para os ciclos de vida das espécies nativas de peixes;
4. A implementação de um monitoramento de genotoxicidade no pescado, uma vez que os resultados do PMBA revelaram importantes deformações morfológicas em larvas de peixes. Recomenda-se a ampliação desses estudos para outras espécies e para a porção mineira, considerando os diferentes nichos de ocupação da coluna d'água, do sedimento à superfície;
5. A criação, o fomento e apoio aos fóruns locais de pesca em toda a bacia do rio Doce e região marinha, compostos pelas organizações de pesca, órgãos gestores e demais responsáveis dos setores.

Vitória, na data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **João Carlos Alcianti Thome**, Coordenador CTBIO, em 16/09/2024, às 11:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **19804411** e o código CRC **B1536A9E**.